

LIVRO DAS ACTAS DAS

SESSÕES SECRETAS DO

SENADO.

(1-8-1917)

desde julho de 1917

R.A. LIII

"COFRE"



*iae*  
*24/*

ASSEMBLEIA  
REPÚBLICA  
ARQUIVO  
N.º LIII

Seve este livro para ~~o~~ ~~se~~ ~~re~~ ~~ce~~ ~~ver~~ ~~em~~  
as actas das sessões secretas do Senado

Sala das Sessões do Senado da Republica  
1 de agosto de 1917

António Xavier Louiea Baqueta  
Presidente

V. 2. E. B. V. 2.

Acta N.º 1.

Boa noite

Sessão secreta em 1.º de Agosto de 1914.

Presidência do Ex.<sup>mo</sup> Senhor António Raso.  
em Lisboa, Boa noite.

Secretários os sen. Senhores Bernardino  
Lacerd Almeida e Luiz Innocencio  
Nunes Leiria.

Feita a chamada reuniram-se a presen-  
ça de 23 senhores senhores, declarando  
o sr. Presidente aberta a sessão às  
14 e 30.

O sr. Presidente tem quasi os fins da  
sessão secreta apresentando os pontos que  
lhe foram transmitidos pelos senhores  
que a requereram. Os requerentes  
apresentaram verbalmente os pontos  
ou pontos seguintes:

1.º - Sobre a nova intervenção na  
guerra europea, tanto sob ponto de  
vista das contingencias a vencer e a man-  
ter nos campos de batalha, como sob o  
ponto de vista da aquisição de material,  
de tropas e espacia, indispensavel para  
tropas e operações;

2.º - Sobre as novas expedições milita-  
res à Africa e conversões, que tertia ha-  
vido para se realisar ali, contra os  
alemaes, numa acção conjunta;

3.º - Sobre as vantagens assignadas  
a Portugal, na Tripotencia de uma paz

RA LIII

com vitaria para os aliados, que sejam vantagens respeitantes a territórios, que sejam vantagens de natureza politica, economica ou financeira;

4.º Sobre os contratos de caderneta, a quem queira pensar ou entidades, de parte dos cravios que foram negociados, por virtude do Decreto de dois de fevereiro de 1916, e a aplicação dos respectivos productos;

5.º - A quanto montam os creditos inados pelo governo portuguez da conta que lhe foi aberta pelo governo inglez, nos termos dos ajustes feitos em Londres em julho de 1916.

Celertim Almeida - Sr. Presidente: Acabam de me communicados por V.ª D. do Senado os annu-  
plos invocados para a convocação desta sessão secreta e que se não deoem ser tra-  
tados e, não estando presentes os mm. Sena-  
tores convocantes, permitam-me, V.ª D. e  
o Senado que eu arvoque para mim, quan-  
to a minha deficiencia o permitir, a sua substituição, dirigindo-me portanto ao  
Governo a pedir-lhe esclarecimentos e cla-  
rificações, sobre os quesitos formulados no pedido  
convocação desta sessão secreta que são  
os mesmos que motivaram a da Câmara dos  
Deputados, pois que acim mesmo foi indi-  
cado no pedido de convocação secreta do  
Senado, como por V.ª D. tive a honra, a pedido

meu, de ser particularmente informado.

Dado a ter os quesitos formulados para serem esclarecidos nesta sessão secreta, sobre os quais espere ter membros do Governo presentes, os mais amplos e completos esclarecimentos, re-  
suscitando-me para em alguma convergência,  
por meu turno, afussetar alguns assumptos  
mais para serem esclarecidos que serão  
como que o complemento de alguns dos apre-  
sentados no pedido inicial.

Nesta altura pediu a palavra para explicações  
o Senador Fortunato da Fonseca sendo-lhe permiti-  
do entrar inadvertidamente a palavra.

Fortunato da Fonseca. Declaro que o motivo  
porque assim a convocação da sessão secreta  
obedeceu simplesmente ao facto de não colocar  
em desigualdade de informações as duas casas  
do Parlamento, o que acarreteria fôrma  
na sua marcha politica. A confiança  
que tenho no gabinete actual, as suas  
declarações publicas e o que tenho visto sobre  
a nossa preparação para a guerra tornavam-  
me pessoalmente inutil tal convocação  
e estou certo de que o Governo seria o primeiro  
a fazer-la se circunstancias anormais  
a tornarem necessaria.

Ordem - Ignorava que o Senador mr. Fortunato  
da Fonseca, meu amigo de longa data, fosse  
um dos convocados, desta sessão, aliás não  
me teria esforcado como acabo de fazer

e teria renovado para V. Ex.<sup>a</sup>, como de direito,  
a iniciativa das perguntas que formulei ao governo,  
e que agora positivamente declino em V. Ex.<sup>a</sup>  
Fortunato da Fonseca - Devo a V. Ex.<sup>a</sup> para con-  
tinuar no uso da palavra fazendo as pergun-  
tas annunciadas.

Quador - Agradeço ao Senador Sr. Fortunato  
da Fonseca a amabilidade que me dispen-  
sou e aquiescendo nos seus desejos, continua-  
rei dirigindo aos membros do Governo e em es-  
pecial ao Sr. Presidente do Ministerio, as  
interrogações motivadoras da convocação  
desta sessão recruta. (Le as perguntas apre-  
sentadas no pedido de convocação).

Gaspar de Sousa - Pedi a palavra quasi  
apenas para formular uma simples de-  
claração, a qual é a de que não fui in-  
stancia do requerimento para a convocação  
da presente sessão recruta porque, porque  
tendo seguido a paz e pouco, como me cum-  
pria, a acção do Governo em todos os seus actos  
relativos á nossa intervenção na guerra  
e não tendo tido até hoje motivo que aplaudir  
uma patriótica acção não fulguei nunca  
necessaria esta sessão. ellas bem poderia  
ter sido instancia de tal requerimento se  
o fosse animado pelo mesmo espirito com que  
firmou o illustre Senador Fortunato da  
Fonseca, isto é, com a intenção de dar ao  
Governo occazão para vir dar a esta Ca-



para as mesmas explicações que deu na  
Camara dos Deputados.

As palavras que o Senador Fortunato de Fou-  
quen acaba de proferir interpretam-se certo  
não só o sentimento da maioria mas tam-  
bem, sem duvida e de todos os Senadores  
presentes. Por mim não tanto se trata  
que afirmar, em nome da maioria, toda  
a confiança na acção governativa e  
que deplorar que, os que tiveram a inicia-  
tiva da convocação desta sessão tenham  
entendido, por razões que não logro com-  
preender, deixado de comparecer a ella.

Querente do Ministerio (Affonso Costa) —  
Agradeço as palavras de confiança que  
me foram dirigidas pelos representantes  
dos partidos evolucionista e regenerativo.

Quanto ás declarações a fazer, o Senado  
sabe já o que se passou, pois o am. Minis-  
terio da Guerra, no seu regresso de França  
e Inglaterra, aqui disse o bastante para  
tranquilisar o Senado como chefe supremo  
do exercito e depois de ter concluido im-  
portantes negociações e resolvido graves  
dificuldades como de resto era o seu papel  
e dever. Das suas palavras se concluiu que  
a marcha dos nossos tropas acompanharia  
a sua preparação, em continuação do que uni-  
ta gente, do que muitos especuladores têm  
querido arrimar, fazendo vir a arma

para ficar os interiores da Patria. Julgaríamos  
que com isso entrariam a paralisar os  
negócios publicos, para animar desfructi-  
vamente o Governo ou a Republica?

Se animo foi enganaram-se.

Quanto ao pedido da reunião secreta, foi de  
feito talvez para evitar que o Ministro da  
Guerra fizesse as suas declarações em publi-  
co, que animo levariam a todos os portugueses  
a certeza de uma força e de uma disci-  
plina, ou ainda para levarem a reunião se-  
creta em questão de modo que eles não cessam  
de inquirir, levando o desanimo ao coração  
dos mais decididos patriotas. De nada isso  
valeu, porque o Ministro da Guerra disse tudo  
o que se pedia, com precisão e clareza,  
sobre a nossa situação militar.

Em relação aos assuntos graves foi o Gover-  
no sempre, o primeiro a querer informar  
o Paiz, no que podiam e deviam, sem fazer  
alarme, sem perturbar a vida racional.

De mais a reunião secreta não intimidou o Go-  
verno que está pronto a dar todos os esclare-  
cimentos, pois nada tem que occultar, porque  
não ha agora casos pendentes. A vantagem  
de uma reunião secreta serviu a alguém que  
quisera acunar a Inglaterra para que o Go-  
verno lhe mostrasse por documentos, que  
verdadeiramente o espirito é grandemente impor-  
ta, por quanto ela tem sido um local e

dedicadíssima aliada.

O que diz respeito a contas não pode o Governo deixar de o tornar publico. Tem obrigação de o fazer, visto que pediu sacrificios ao País e está tem direito a saber o que se fez ao seu dinheiro, aliás poderia recusar-se a continuar a pagar impostos.

A conveniencia de uma reunião conjuncta é manifesta, sem com isto querer dizer que a actos da outra Camara, pois as reuniões conjunctas têm servido para assuntos importantes e esta é um d'elles. Em França, a sua Constituição não permite as reuniões conjunctas das duas camaras e passou-se até em votar uma lei especial. ellas aqui não, visto que a nossa Constituição o permite. Cabe pois aos convocadores a responsabilidade de não se reunirem as duas Camaras em conjuncto.

Sancionto portanto o assentado, sem que com isso alguma consequencia seja feita. Termina a primeira parte dos meus declarações, afirmando uma vez mais que estou à disposição do Senado para todos as informações sem nenhuma reserva nem diminuição. Deixo até satisfação em que provoquem, com observações e apontamentos, todos os esclarecimentos e até os mais pinguos detalhes.

O Senado approvou as declarações dos seus

collegas de gabinete no que respeita a ques-  
tões de guerra na Europa e Colónias; o Minis-  
tro dos Estrangeiros falará sobre a questão  
internacional mencionada - e eu para tratar  
dos restantes assuntos.

Celestino Almeida - Agradeço ao sr. Pre-  
sidente do Ministério as suas categoricas  
afirmações sobre o propósito firme do Governo  
de sobre tudo dar os seus conselhos e formar  
esclarecimentos. Congratulo-me com a ati-  
tude patriótica tomada pelo Governo em  
harmonia com as suas indicações. Ao sr.  
Ministro da Guerra peço esclarecimentos  
sobre o primeiro ponto que passo a ler. (Lê).  
Ministro da Guerra. - As vitórias recentes têm  
ido feitas nas nossas colónias sem nenhum  
dos queres como as actuaes, porque estas são  
dirigidas por europeus o que não acontecia nos  
outros tempos. E, portanto, muito mais grave  
a guerra actual nas Colónias não tem  
nem a defesa das colónias porque tem já um  
pré de guerra um exército de trinta mil  
homens, o que corresponde a uma divisão re-  
forçada, gastando em material. Tripulantes  
que se gastaria para fazer uma mobili-  
zação aqui ou para a mandar para França.  
O nosso esforço tem sido enorme para acudir  
às Colónias. As primeiras expedições foram  
muito preparadas do que qualquer daquelas  
que já operavam em Africa. Logo a-

manter isto. Não podemos dizer que as expedições foram um modelo mas era difícil não terdo nós tudo o que era preciso para organizá-las melhor. Tornou-se urgente e inevitável a organização do exército colonial.

A organização colonial impõem-se, porque assim temos ali permanentemente um exército de defesa das nossas colónias. O êxito de Vila Rica não foi um sucesso completo porque se o fosse, o exército inimigo invadiria todo o novo território.

Não se conseguiram obter a Damara Landia e o Ovampo mas conseguiram-se submeter o gentio pelo alvará resultado de ha muito (Cuanhama e Cuanato) sendo a occupação do Cuanhama um acto do maior valor. Não era grande o valor do território mas obtivemos a submissão do referido Cuanhama podendo dizer que esta trouxa como resultado os agos-boers poderiam submeter os da Damara Landia.

Em Africa tambem os resultados não teriam sido o que foram para os ingleses se as nossas forças não tivessem occupado as margens do Rovuma, o que contribuiu em muito para facilitar a acção dos ingleses. Não temos que continuarmos a manter grandes efectivos em Africa, mas se alguma vez for preciso aumentá-los, esse custo não se custará porque valerá a pena o interesse

nacional. É necessário renovar constantemente os efectivos porque o clima e a acção da natureza de todas as aguietas a isso obriga.

Os Governadores das provincias têm tido por parte dos Governos todo o auxilio; nada lhes tem sido negado e tudo lhes continua a ser fornecido.

De lo que respecta ás tropas para combater em França mandamos para lá um corpo de exercito de 54.900 homens dividido em duas divisões, faltando apenas 4.000 homens para completar o seu efectivo, cujo o commando superior está subordinado ao commando supremo dos exercitos inglezes.

As duas divisões, estão sob o commando dos generaes Gome da Costa e Limaes effectuado e estes obedecendo ao general em chefe do C. E. D. Tamagnini. O novo exercito occupa um sector proprio e independente.

O esforço que estamos fazendo para o Paiz bem com ele, tanto em homens como em dinheiro do ponto de vista financeiro.

A nossa participação na guerra tornou-nos uma ligação indissolvel com os nossos aliados. As novas relações internacionais são como nunca foram; gerando das relações simpatias.

A propaganda contra a guerra foi tão grande que até algunos cantos, se officios portuguezes em campanha, foram lançados

nas caixas inglesas mas quem se dizia que  
os novos soldados aos primeiros tiros aban-  
donariam as trincheiras. Aqui nem se fala.  
A profundeza tem sido recusada; tudo  
se tem feito para não cumprirmos o  
nosso dever mas os Governos da Republica  
tem sabido cumprir-lo e irão até ao fim.

O esforço é colossal, temos de nos preparar  
para todos os sacrificios. A campanha de  
desorganização é tremenda, feita pelos nossos  
inimigos que tudo apuroitam.

Todos os sacrificios que temos feito fozsam  
que temos capacidade para administrar  
o que nos pertence. E resistir portanto ir  
até ao fim, custe o que custar, porque  
se deixarmos de fazer-lo perdemos o todo,  
perdemos a nossa independencia.

A França pediu ultimamente algum mate-  
rial de artilheria e tractores e a Inglaterra  
concordou abertamente com esse pedido,  
sob a formula de que o que se tomava  
necessario era auxiliar os aliados e por  
isso o Governo da presidencia do sr. D. Au-  
gusto foi a Alameda acaecer, formulando-se  
uma commissão animada pelos Ministros  
da Guerra francez e portuguez auctorizada  
a no fornecimento de baterias completas  
em numero nunca superior a 15 e nunca  
superior a 30. Essas baterias são commu-  
nadas por officinaes portuguezes tendo apenas

oficiais francezes como agudas de ligação  
entre as baterias e o comando superior  
francez em cuja organização funcionavam.  
São cerca de 2.000 homens com uns 200  
homens de substituição por mês.

Como o Senado vê o novo esforço é enorme,  
pois com os ingleses temos cerca de 55.000  
homens, na França 2.000 e em África  
como já disse, perto de 30.000.

Na Inglaterra é bem conhecido o novo  
esforço e na França começa também a  
ser bem compreendido esse esforço e  
na alta significação relativamente  
à defesa da Nação, da justiça e do Direito.

Aqui, temos que continuar a trabalhar  
na preparação para a guerra sem des-  
canso necessitando por isso mais ou menos  
de 48.000 homens para enviar acualmente  
de para o território francez, e para man-  
termos a ~~uma~~ guarnição militar para  
ocorrer a qualquer facto que por ven-  
tura se possa dar. O esforço a fazer é  
inda <sup>supremo</sup> como mais importante e  
mais difficil de encontrar do que o já feito.  
Devo eu constituir em Vancos um gran-  
de campo de concentração de forças onde  
se possa manter um efectivo de 15.000 ho-  
mens para se aperfeiçoarem mais e  
melhor, longe da acção perniciosa de todos  
os elementos que aqui pulsam e nas lo-



qualidades e de extensões e quantias.

Vou agora referir-me á aquisição do material de guerra. Uma grande parte tem sido fornecida pelo Arsenal do Exército e outra tem sido adquirida lá fora.

Se nem todo o material foi adquirido em França é porque ha casos que não podem ser feitos pelas fórmulas burocraticas.

Cito o facto de um contrato de panes individuais para os nossos soldados que só um ano depois veio nosamente ao Ministerio da Guerra.

Quando se fez o contrato, o Instituto Pasteur que era o armador de salmão que já não se podia fornecer.

Estou certo de que, pela longa pratica que têm nos negocios publicos pode assegurar que todos os officios que têm intervidos nas mesmas compras effectuadas se comportaram sempre com a maior honestade e se amanhã apparecerem qualquer irregularidade ou responsabilidade nos mesmos, serão punidos. O incendio do Depósito Central de Fundamentos trouxe ao País um enorme prejuizo, mas tudo já está substituido. As grandes quantias

de material mandado para a França e Africa demonstram até um grande passo dado pelas novas industrias que conseguiram quasi de per si só bastar para todas as novas necessidades até agora.

A nova 1.<sup>a</sup> Divisão mandada para França foi toda pronta a entrar imediatamente em combate. Era esta a impugnação que se queria, e que se ardeu não faltava para as primeiras tropas a servir para os campos de batalha.

Todas as peças foram armadas com a nova espoingarda Mauser e com as novas peças de 4,5. Os ingleses porém julgavam suas vantagens substituir as novas armas pelas espoingandas inglesas, em vista das dificuldades de manuseamento e munições.

Acertei a substituição das novas peças de artilharia pela peça de artilharia francesa e não pela peça inglesa porque a francesa é superior à nova e esta superior à inglesa. Assim as munições para a nova artilharia não foram feitas pela França. O material de artilharia pesado, as granadas de mão e as bombas não foram feitos pelos ingleses. Todavia os depósitos com o material e munições são pagos pelo governo português.

O material sanitário foi a princípio enviado no transporte de Brest a Arcis-sur-Aube procedendo a evacuações mas pouco - me difícil descobrir os caminhos.

Hoje agora é que começamos montar três hospitais em vista de os ingleses a chegada das novas tropas não terem disponível nenhum hospital moderno.

estes primeiros tempos os novos doentes eram internados em hospitais ingleses sendo o seu tratamento feito por médicos e enfermeiros portugueses.

Este serviço está assegurando e está já ussabi um telegrama ao General Tamagnini confirmando-o.

A assistência médica aos doentes que agramam esta também estabelecida a não haver deficiências.

Os serviços de saúde aqui, estão assegurados ao Sr. Presidente do Município e a si em os maiores cuidados e a feno que dentro em poucos mezes tudo esteja organizado. Nada se tem descurado em boa medida de dificuldade, também apanido mas todas têm sido vencidas.

Dava a lã a conservação.

Celastino Almeida - Aguardo ao Sr. Município da Guoma os laços estreitamente e elucidados, que acaba de fazer e nos outros a grandia do esforço feito por S. E. na organização das forças militares que, quem nos colônia garantido o novo domínio, quem em França y mantido os novos compromissos internacionais e testamentando os novos ingratuamente sentimentos de humanidade e de moralia, quem ainda em Pictroplata exauda e a feno fei, comido os elementos in-

dispensáveis para a manutenção de um su-  
plo exército colonial e europeu, pretenderam  
terem os propósitos de realimentação própria  
porque a ausência de Portugal rejuvenescido  
pela República.

Estão prontos para aplaudir a dignidade  
e espírito patriótico que presidiram à cla-  
sificação das convocatórias militares, nas qua-  
es se viu a Inglaterra e a França.

Respecto aos oficiais que por qualquer forma  
se tenham manifestado menos dispostos ao  
cumprimento das suas tarefas militares, o  
destino a dar-lhes deve ser o seu envio im-  
ediato para os campos de batalha.

As informações, havidas, sobre o diverso  
procedimento das novas tropas, digo que o  
Portugal em confraternização permanente, agna-  
com o Portugal, visto que se ficam a trazer, quer  
em energia combativa quer até em se-  
renidade. Quanto a alianças e amizades  
vistas a paz, a mais da tradicional aliada,  
tenemos a nosso lado a nobre e heroica  
França cujo prestígio internacional é hoje  
único, e a qual nos ligamos pela con-  
vencão militar existente.

Gaspar de Sousa. — Depois da longa e  
hastante exposição do Sr. Ministro da  
não posso deixar de me seguir, para,  
em nome dos senhores filiados no Par-  
tido Republicano Português, afirmar

que ela o tinha deixado plenamente satis-  
feito e que pensava que aquelas explica-  
ções, sobranças e devoções, talvez, não  
tadas em reuniões publicas, frouge, assim,  
elas cairiam como qualquer coisa de rama  
ante a da purificação no charco da ca-  
lunias, de doctores e de malquerenças a que  
S. D. fez referencia. A historia ensi-  
na-nos que se sempre o povo tem sido  
grande e capaz de reagir nos grandes  
crises nacionais, nem sempre os camadas  
dirigentes tem sabido corresponder-lhes.  
Neste momento possem ouvir as pala-  
vras que o sr. ministro da Guerra acaba  
de proferir, tam se felicemente a impressão  
de que temos, pelo menos deida que estamos  
em guerra, no Governo romano que bem  
sabem corresponder ao valor popular.  
O sr. ministro da Guerra disse e disse bem  
que estamos realizando um esforço de que  
ninguem lá fora nos julgava capaz.  
Veramentei que esse esforço é mesmo  
muito superior ao que nós proprios julga-  
vamos ser capazes de realizar e que rea-  
lizamos porque valamos e temos felicemente  
quem nos dirige. Toda a exposicao feita  
pelo sr. ministro da Guerra, mas sobre tudo  
a que se refere á concessão feita entre os  
dois governos, portuguez e ingles e este  
diploma revelam da parte do Governo

uma alta commoção, uma alta dignidade,  
 um alto sentimento de bris nacional.  
 Por isso digo que se a nação, em cujo  
 nome tanto a honra de falar, tem sido  
 até hoje plena confiança no Governo,  
 e hoje em diante a terá maior ainda se  
 é possível.

Celestino Almeida - ao Sr. Ministro das  
 Colónias para todos os esclarecimentos sobre  
 o queito d.º

o Ministro das Colónias - As indicações do queito  
 queito em um extremo vague e muito pouco  
 tem em responder as observações que qual-  
 quer senador fazer. O novo esforço tem  
 sido enorme pois que as expedições milita-  
 res a Argola e a Moçambique contém  
 tropas em totalidade de vinte e sete mil  
 homens, incluindo os reforços e mil e dezentes  
 e muita <sup>parte o comensal de guerra</sup> solidez. <sup>participa-se logo com a expedição ao Moçambique</sup> com a expedição ao Moçambique  
 outros <sup>de</sup> preparações feitas espe-  
 cialmente tem sido feita com toda a celeridade e em  
 conformidade com as indicações de capitães  
 e comandantes, trabalhando-se intensi-  
 vamente no Ministério das Colónias e  
 continuando a trabalhar. se os recursos sendo  
 para que o abastecimento destas expedi-  
 ções possa aproveitar os vapores da Es-  
 paa occasional e alguns dos ex. de mar.  
 As expedições de Moçambique e Argola  
 levaram canhões para o seu serviço e

Barral

Tudo o material fornecido não obstante toda a ordem de dificuldades. A situação da expedição a all'quanto faz - nos esperar em breve uma ação decisiva, sendo natural que os novos soldados recebam assim uma vez o seu valor militar.

*à falta de qualidades*  
 O Director do Exército deve atribuir-se ao comandante General Gil, ~~em~~ a falta de preparação dos novos soldados e ao alim. A escolha das tropas que se destinam ás colônias deve ser o mais uniformemente feita e assim o tem determinado o Governo porque visto dependa em grande parte o êxito das operações. Tem-se visto que a falta de disciplina de campanha influencia no resultado que se obtém mas não me parece que assim seja por isso que recebem os comandantes a responsabilidade.

Espera-se que as tropas do comando do Governador Alvaro de Castro empregarem todos os seus esforços para nos depararem, sendo uma convicção que o Governador tenha preparado convenientemente as tropas que ele dirige.

Relativamente ás convenções, a que o governo se refere entende-se que cabe ao m. almirante de Estrangeiros ou os seus subordinados esclarecimentos.

A expedição do m. almirante de Guerra dispõe-se a fazer suas considerações.

Celatino d'Almeida - Observar o meu officio  
 das Colonias que, o que respeitava a con-  
 venções cabia mais especialmente ao meu  
 officio de Estrangeiros ver-se-lo, quando elle  
 escreveu a palavra a proposito do quanto  
 Terceiro. Assim o congresso de redacção do  
 quanto teve seu imbaralhado o meu officio  
 em uma resposta por se me esquivar  
 que quanto ao fôrno ou confederação, milita-  
 res enviados para as Colonias antes de decla-  
 ração de guerra pela Alemanha conven-  
 ções algumas havia a fazer fome com  
 grande fome, pois se tratava de morrer e  
 indispunções profundas e tomar para  
 a guerra e commençação do novo dominio  
 Colonial, não podendo portanto ter havido ne-  
 gociações de qualquer convenção, após  
 a declaração de guerra com a Alemanha,  
 pois que certos telegrafistas como panfletos  
 a ser competiam nos conjugar a uma  
 acção militar com quem nos convieram,  
 no caso a nossa velha aliada a Inglaterra.  
 Fernão de Suard - Bem cumprimento  
 das presenças regimentares com o por-  
 tar a moção de ordem para que a 4.ª  
 pedis a palavra. L.

Morao d'Almeida

"O Senado felicita o Rei e o Governo pelo  
 thar das convenções militares celebradas com  
 a Inglaterra e com a França e pela situação



Baculi

internacional brilhante que Portugal seja  
 presente, fazendo votos e confiando que, em  
 quaisquer convenções ou acordos que com  
 outras nações hajam de celebrar-se, o Governo  
 se inspirará nos mesmos sentimentos de  
 honestidade e patriotismo que presidiram à  
 elaboração das situações ajustadas militares.  
 Como V. Ex.<sup>a</sup> vê a minha moção poderia  
 dividir-se em duas partes, a primeira de elo-  
 gio aberto pelo que está feito, a segunda a  
 esperança de que igual elogio venha a merecer  
 o que houver por fazer.

De lo que se refere à aprovação das convenções  
 militares elaboradas com a Inglaterra e a  
 França creio que não precisa justificação a  
 minha moção que exprime a impressão que  
 a todos os imperadores havia em sua lei.

Atas se respeitarem todos os princípios da nação  
 livre e independente. Atas se exprime tudo  
 que quanto ao esforço pessoal de execução  
 se poderia razoavelmente esperar de Portugal  
 e nem tanto a limites se afig. moção  
 possível e anagnível em esforços antes de  
 realizado.

Antes de V. Ex.<sup>a</sup> me. Presidente, foi promulgado  
 como membro do Governo Provisorio da Republica  
 a organização de comités que o desenvolvimento  
 que transformem Portugal em nação armada  
 Todos sabem as dificuldades com que foi pre-  
 cisos sempre lutar para organizar a mesma.

expedições para as novas colónias, reprimir as insurreições indígenas, expedições que nas vezes atingiam mil soldados, oficiais e sargentos que saíam de Portugal sem instrução, sem elementos de defesa que só conseguiram a força de muita bravura e abnegada dedicação dos que as acompanhavam.

A repugnância ao serviço militar era manifesta em todos os classes sociais e a impopularidade política colocava-se sobre a base de quem mais conseguisse quanto a isenções de recrutamento. As doutrinas antimilitaristas que por pouco não deram cabo das tradições militares da França, tentaram-se introduzir na classe tra-

balhada portuguesa e faziam nos quartéis portugueses proclamos em grande quantidade. Uma proclamação que se comunicava às povoações, curas, idios, que sobre tudo insistiam os resultados do campo que consideravam o serviço militar como a sentença de morte pronunciada contra os homens das suas famílias, considerando como um Deus salador a quella que se tal sacrificios se imantam.

Essas doutrinas que originavam as dificuldades que a principio previam a França na situação inferior em que se achava no principio de actual guerra e que com o fôro a heroica resistência da Bélgica e invasão iniciada da guerra teria colocado a França na mais deplorável situação de

Barrato

venida nem lhe podem valer o auxilio da Inglaterra que por seu turno se encastrava nem soldados para fazer face a primas e exércitos do mundo que levasse guerra ta nos a organcia - se com o intuito de ammentar - se do governo do mundo e observar a liberdade e o direito publico da Europa supitando todo a hegemonia francesa e fazendo do mundo a grande patria alemã.

Quando, como presidente da Comissão de Defesa Nacional, tive que pôr-me em contacto com todos as camadas sociais para as fazer receber o espirito patriótico militar, encontrei-me frequentemente de frente com o proselitismo anti-militar que prevalecia na propaganda do operariado alemão entre os socialistas franceses e tive por vezes que rebater argumentos e até mesmo que ouvir argumentos de similitudine e principalmente de desconfiança e falta de confiança no proprio valor e por ventura mesmo indicações da manifesta dorrença na possibilidade de nos defendermos mesmo quando fossemos atacados no nosso territorio e que estivesse contra nós inimigos a ameaça de uma abomção.

O argumento era que por suas desconfianças confiar na esquadra inglesa, por falta na consciencia das grandes nações armadas que disputariam a presa e seriam as primeiras a não permitir a formação

uma grande missão na Luminula que fizemos  
sobra à sua profundidade.

Então pensava-se que os armamentos das  
grandes nações eram a única salvaguarda  
da sua existência, pagamos a única garan-  
tia que para elas existia de sua liberdade  
e independência. Debalde nos esforçamos  
e os meios convenientes de propaganda, a  
denunciar que quem se não disporem a  
defender-se não poderia esperar que lhe  
valeriam os tratados com os exemplos da região  
Balcânica e da Polónia em que consistia  
a vitória daquelas e a derrota desta que consis-  
tia nos difusões de preparação para a guerra  
que nunca a outra região existia.

Triunphou a boa vontade, e a propaganda  
da defesa nacional apoiada pelos partidos  
da República teve finalmente, em tri-  
unfo suas declarações feitas ao publico  
pelos tres chefes de partido de que apoiavam  
por todos os meios a preparação para  
a guerra como unico meio de obter a  
paz e garantir a futura independência.  
Como dificuldade que se apresentava em  
various levantou-se a questão pecuniária,  
no estrangeiro não se podia alcançar um  
vintém sem que se hipotecasse algum  
rendimento publico até que felizmente os  
milhões da administração republicana  
consequiram fechar as contas de guerra.

com valde a pesar da diminuição de im-  
 porto de cereal, da diminuição de milhares  
 de contribuintes pobres e do pagamento in-  
 tegral da nossa dívida flutuante interna.  
 Tudo isto permitiu que os superavitos  
 se destinassem à aquisição de material  
 de guerra e foi o conjunto de todas as con-  
 dições a que tanto alludido que conjuncta-  
 mente com o brilhantissimo heroismo do cor-  
 po expedicionario produziram a situação  
 brilhante internacional que Paris hoje  
 disfruta. Era situação de firmeza em  
 toda a imprensa internacional comparan-  
 do o que hoje diz de nos com o que dizia antes  
 da proclamação da Republica. Em tempo  
 mesmo para todos suspicatos de não paga-  
 mos as nossas dividas, mesmo retrogrados,  
 mandrios, e ingovernaveis e irresponsaveis  
 do menor credito. Dizia-se abertamente  
 que deviamos ser esproprietados das nossas  
 colônias que não sabiamos desenvolver e  
 não desenvolvamos que por outros fossem le-  
 vados ao caminho do progresso que eram  
 dignos de todo quanto podiamos fazer.  
 De mais humilhante e de mais degradante  
 era a atrocissima que contra nós de toda  
 a parte se levantava e nos apontava.  
 Hoje o contrario é o espirito europeo: de  
 todos os lados se levantam elogios e loucos  
 ao nome Paris, ao nosso procedimento como ali-

sido da Inglaterra, no mesmo tempo, no mesmo dia,  
 to, a coincidência de umação livre e independen-  
 te. Isto o conseguiu o povo português com  
 a forma porque se apresentava para a guerra  
 e a maneira porque estava se tendo portado.  
 Alguns nomes e o povo português como os  
 grandes nomes históricos da nossa independen-  
 çia salvou Portugal de abismo que lhe  
 haviam preparado senhores terríveis  
 destruidores de energia e de verdades con-  
 cernentes da obra nacional.

O movimento de Portugal nunca  
 deixou de brilhante futuro que se nos  
 antecipa, ha, pois, um pequeno ponto in-  
 curo que consuem esclarecer e que seguem  
 mente. Governo nos aclarar com expli-  
 cação terminante e definitiva. Refiro-  
 me a uma fantasia de harmonia ite-  
 rna com que a imprensa portuguesa e  
 a imprensa têm anunciado o futuro da  
 Patria Portuguesa. Nunca de Hespa-  
 nha deite o tratado de Tordesillas em  
 que se definiu as linhas limitadas das  
 conquistas e descobertas portuguesas e  
 hoje nos tem provando com que não se  
 não interessar a que mais que por pala-  
 bras afirmam e contrarias a mesma ideia  
 politica que pode conseguir talvez despa-  
 rados e não pensamento comum e a  
 abismo para Portugal que lhes traria

um prodénio colonial e a navegação de as-  
piração de vinhos de Castela que só teve uma  
excursão efêmera com a campanha fi-  
lipina de encanada memória.

De lá vem vinda inspiração, interrompida por  
jardens por D. Afonso, a vontade de fran-  
cisear um Portugal finalmente os maiores  
destrutivos da nossa história.

E' pois me parece que, para coraço das nossas  
comunicações, o Governo nos diga qual é o ob-  
jecto que fide a aproximação com a His-  
panha por parte de Portugal tendo em  
vista a conferência "Harmonia Ibérica" que neces-  
sita um explícito para esclarecimento de  
tudo os verdades patriotas e combacimen-  
to daqueles que estão em regime de pro-  
logio popular - de Hespanha com bom sen-  
to sem bom caracento.

José de Castro - quando para a mesa a  
minha mesa e momento que os meus  
afazeres profissionais não tenham per-  
mitido assistir as discussões da presente reunião  
reunida. Com isto justifico também  
o motivo que me levou a acimar o re-  
querimento pedindo a reunião reunida.

Como representante da Pátria entendo que  
esta tem o direito, por meio dos seus manda-  
tarios, combater o que o Governo tem feito  
relativamente ao problema da guerra,  
que em Africa quer em França.

Entendo que o Governo tem, contra o que muitos  
 pensam, justificadoamente de se dar  
 pleno conhecimento ao publico de todas as  
 rendidas de que tem lançado mão por quanto  
 a opiniao publica não está preparada para  
 não tudo conhecer em todos os detalhes.

Vejá-se um embarrado neste momento pois  
 que não tendo assistido ao começo da sessão  
 pode acontecer que me não se supor de sumo  
 foi tratado. Se tal meodar fizesse com rela-  
 ção a falta.

Pergunto: Se entre Portugal e a Angla-  
 terra se estabelecer alguma convenção  
 de natureza militar ou melhor respici-  
 tante si com intervenção na guerra e  
 quanto a seus pontos capitales, isto é: quanto  
 a seus omes e as suas vantagens.

Tambem manifesto o desejo de saber:  
 Se as expedições enviadas á Africa, quer  
 occidental quer oriental, têm contribui-  
 do ás necessidades impostas pela guerra  
 naquellas regiões; e que delles resultou e  
 o que delles se espera com respeito ao  
 melhoramento dos nossos colonias  
 e sua integridade.

Comtudo não tem havido a duvida de se  
 não nos tropas enviadas para a Africa  
 resultando de tal facto terem baixado ao  
 hospital em menor de tres annos mais  
 de 50% das para ali mandados. Este facto



votos - e principalmente no Roma.  
 Espero que o sr. ministro das Colónias  
 salará de futuro alguma que fôr  
 semelhante ao não deim, criando fôrça  
 a África apenas homens robustos e em  
 condições de poderem resistir ao clima.  
 Terminando fazendo votos porque o Governo,  
 ao qual fôrça a minha maior honra,  
 nação pela sua obra patriótica, con-  
 tinue a levantar bem alto a honra da  
 Pátria e da República.

Ministro dos Estrangeiros, digo:

Celastino Almeida - Ao sr. ministro  
 dos Estrangeiros, na direção para que  
 S. E. se digna formular ao Senado os en-  
 clausamentos e alterações pedidas no  
 3.º ponto formulado na petição dos con-  
 voadores, de senão secreta. Certo es-  
 tou que os enclausamentos que S. E.  
 vai dar, são amplos e completos, mas  
 caso assim não poderei meadar, por me-  
 lindas razões absolutamente superiores,  
 expore em todo o caso que S. E. conser-  
 vará precisamente qual a natureza  
 e importância de tais incluídas para  
 que o Senado devidamente os possa apreci-  
 ar.

Ministro dos Estrangeiros. - Antes de  
 me occupar do assunto que constitua  
 propriamente a pergunta formulada

pelos mrs. Lumbros que convocaram em pa-  
 riam a sessão secreta, fizeo os Lumbros  
 a leitura de importantes documentos que  
 largamente o esclarecem sobre a poli-  
 tica seguida no Ministerio dos Negoc-  
 ios Estrangeiros com relação á nossa  
 participação na guerra europea.

Tenho a honra de informar a V. Ex.ª que não são  
 presentes as illustres Representantes do fran-  
 tido unionista porque, tendo sido o chefe  
 desse partido quem mais vigorosamente  
 combateteo a participação e tal respeito  
 tomada pelos gabinetes ministeriaes que  
 que derigiram o paiz para a declaração  
 da guerra de Alemanha, com excepção do  
 Ministerio Unionista de Castro, depois apre-  
 sentar este curso para perante os  
 membros de mostrar que, sem possível  
 contendação, a politica internacional se-  
 guida até hoje é a mesma que mais convem  
 aos interesses do nosso paiz. Portanto em  
 uma sessão secreta se pode, por consequente,  
 fazer afirmar, desta occupação  
 as tas respectivas provas porque nestas  
 nem os pedidos que não pertencem so-  
 mente a Portugal. Isto explica a não pu-  
 blicação d'um livro de meos que inteiramente  
 de esclareça o paiz e que a fazer-se, (con-  
 tra todas as regras e precedentes internacionaes  
 mas por isso que não se tem de fazer.

ções findas (mas antes de negociações em marcha), constituição não sem interesse. Qual que, além do mais, poderia prejudicar a política dos Aliados. Alguns não estando presentes os representantes do Partido Unionista junto aos nos. Senhores presentes que formularem todas as perguntas que entenderem sobre a marcha das negociações internacionais relativas à guerra, porque temos aqui todos os documentos que se usaram nas negociações se referam. (Em seguida o senador lê à Câmara os documentos mais importantes que existem no Ministério em Negociação Estrangeira desde 2 de Agosto de 1914 até 7 de Novembro do mesmo anno.)

Esses documentos marcam bem a linha geral que seguiu o Gabinete presidido pelo Sr. Dr. Bernardino Machado. Li-os à Câmara muito de propósito, pois que foi durante esse Governo que mais afirmadamente se dirigiu a nossa política internacional com relação à guerra. Gouve, certamente, neste Ministério uma certa diversidade de opinião, e de movimentos, houve hesitações, e até algumas contradições, mas na sua linha geral, nos seus pontos fundamentais, a política então seguida foi, na verdade, a que mais convinha aos interesses do Paiz. De-

mostrando, sobre todos os outros, o documento  
que li, com data de 9 de Novembro.

Minim esclarecida a politica seguida  
pelo Gabinete Bernardino Albuquerque, sus-  
trahi qual foi a linha seguida pelos an-  
tos Ministros que se lhe seguiram.

Tanto no Gabinete Victor Hugo Aguiar  
quanto como nos dois ultimos Gabinetes  
foi de Cartas e em todos os que a seguir  
se formaram até hoje, tendo sido em o  
ministro dos Negocios Estrangeiros e afie-  
ros que sempre se seguir a politica  
que não fosse aquella que ficou definida  
e mandada nas Declarações a sessão do  
Parlamento. Os documentos que li no  
primeiro, a grande de Declaração de guerra da  
Alemanha ao nosso paiz, mostram bem  
qual foi essa politica, mas estão prontos  
a esclarecer o Senado se alguma duvida  
a tal respeito restar.

Entendo que de nossa entrada na guerra  
há vantagens adriças para Portugal:  
fazemos grandes, e para diários sacrificios,  
mas temos largas compensações.

É indispensavel lembrar qual era a nossa  
situação nos negocios de se denunciada a  
guerra: A Alemanha procurava por to-  
dos os meios aproximar-se das nossas  
colónias. Além de uma acção commercial que  
já tinha revelado as influencias ingleza

e fuzucara. Desses tempos, da organisa-  
 mientos, fuzucamente scientificas, adqui-  
 ris acoes dos Caminhos de Ferro africanos e de  
 Companhias Coloniaes e, aqui na Euro-  
 pa, exercia funcao de tal natureza que  
 difficil ou impossivel seria resistir-lhe.  
 E nao falo de tratados, secretos... ou de  
 combinacoes com outros paises...

Logo dizem-se que nos respasas da  
 guerra as nossas colonias africanas  
 corriam um grave e imminente risco.

O perigo de as perdarmos affligia todos aquelles  
 que alguma coisa conheciam do que se ia  
 passando pelo mundo. E de tal forma acim  
 era que sem os mais altos espiritos do tempo  
 D. Luiz affirmou que a guerra tinha sido a  
 sorte grande para Portugal. Assim o pa-  
 ro. Mas para que efectivamente esta  
 guerra fosse a sorte grande para Portu-  
 gal era indispensavel que Portugal conse-  
 guisse valer-se a ponto de poder ser  
 ouvido na hora decisiva da sua legiti-  
 macao.

O primeiro dever dos politicos portugueses  
 consistia em colocar o pais em condicao  
 de ter voz e voto na Conferencia da Paz.

Além do dever natural e simples de  
 defender o seu Territorio por meio das ar-  
 mas, como succede e succede na Africa,  
 além da obrigacao de repellar os ataques trai-

coiros e fuzos por atacadas, tinha o D. Luiz o  
 desejo de se conduzir de maneira que onde  
 quer que se discutissem os interesses da Europa  
 a sua palavra tivesse representação.

Logo se podia conseguir-se com a nossa  
 participação na guerra da Europa.  
 Esta minha opinião é não como muito gran-  
 de se que a nossa acção na Africa  
 seria sufficiente para nos collocar no lado  
 dos Aliados e com os mesmos direitos de  
 todos elles. A nossa acção na Africa,  
 por mais extraordinario e brilhante que ti-  
 veres sido, seria unicamente considerada  
 como defesa do nosso territorio. Não to-  
 rna a aspecto duma cooperação, duma  
 colaboração com os Aliados. Não nos  
 daria na conferencia de paz o lugar que  
 nos merecíamos. Se as nossas forças,  
 se a organização do nosso exercito, nos  
 primeiros dias da guerra, fossem tais que  
 nos permitissem fazer longas conquistas  
 na Africa ainda poderiam sustentarem a  
 guerra que defendem a politica e a honra  
 que dahi nos adviria uma situação de  
 destaque capaz de nos garantir o lugar  
 de que absolutamente carecemos na re-  
 união dos povos ou que tenha de discutir-se  
 o futuro de cada um.

A pratica mostra-nos que esta politica  
 seria um erro fatal.

B. Pinto

As forças que são mandadas para a  
África, logo que foi preciso, procuramos  
fazer com que elas fossem bem pre-  
paradas e munidas. Succedeu que, a-  
prezar de todos os esforços e da admira-  
vel qualidade dos soldados, a deficiên-  
cia de preparação, resultante de não  
termos um exército como devia ser,  
trouve sempre tan difficuldades que che-  
gam a ter pelo menos a apparencia d'um  
giro.

Não ha duvida de que a accão dos nossos  
homens em muito concorrer para a dan-  
nota dos almas, em uma e outra costas  
da Africa, mas tambem é certo que elle  
faltou o espectaculo de conquista de ter-  
ritorios naquelas proporções que devia  
ter para se valerem a toda a altura.

É que não era materialmente possi-  
vel, no estado de perfeita desorganisa-  
ção em que se achou o novo exército,  
fazer mais e melhor. Se tivéssemos  
arrivado como plano politico de Dou-  
gal nesta guerra, a uma simples cola-  
boração em Africa, talvez não fálhados  
e falido miseravelmente.

Felizmente predominou a politica  
de cooperação na Europa e, atra-  
vés de todos os sacrificios, ella é, segun-  
do julgo, a nossa salvação como grande

paiz colonial. Gostei muito o interres-  
te de discurso do Sr. Luizard Ferreira de Azei-  
vedo. Dele seu passado de politica nacional,  
e, pelo seu nome, pelos longos e nobres  
momentos que viveu na scena politica  
actual, as suas affirmações, estão revestidas  
de tal autoridade que não pode  
deixar de lhe dar o maior respeito.

Em discurso instativo - e muito palcoso  
que o illustre Luizard pronunciou com  
uma accentuação condescendente: Em poli-  
tica internacional não se podia fazer  
nem mais nem melhor.

É agora o momento de responder á  
questão que tem o D.º 3 e que especi-  
almente me dá respeito:

"Sobre as vantagens accumuladas  
a Portugal na hipotese de uma  
paiz em victoria para os aliados,  
que sejam vantagens nas posses  
a territorios, que sejam vantagens  
de natureza politica, economica ou  
financeira!"

Desejo que quem faz esta alguma  
coisa deve ter conhecido para o ex-  
hente nome que Portugal tem hoje in-  
ternacionalmente. elle seja quem  
for, o que é certo é que ninguém  
pode negar que o nome de Portu-  
gal é hoje pronunciado no mundo de uma



Brieto

numa linha bem referida ao que tinham  
ido até agora.

Volto a manifestar neste momento  
a minha tristeza por não ver presentes  
os representantes do partido unionista  
para lhes perguntar se alguma pala-  
vra tinham a contrapôr a essa afir-  
mação. Certo está de que não tinham.  
E então pergunto - lhes - ia se esse  
nome que hoje temos no mundo, não  
nos dá uma longa autoridade para cui-  
darmos o nosso lugar entre os países colo-  
niaes que já não perdendo nada da guerra.  
- E não serão já longas vantagens  
anunciadas a Portugal, o seu direito  
de entrar na conferencia da paz e de  
ter palavra, opinião e voto?

Atão será a conquista de um lugar  
por ventura a mais difícil de todas e a  
mais valiosa? O certo pertence ao  
ativo que Portugal lava e às pessoas  
que o representam. Quem isto tiver  
que não tenhamos, euidado de assegurar  
em todas as oportunidades ordinárias  
que nos competiam? Atão. Bem ao  
contrario, a nova politica foi euiden-  
temente feita sobre a base afir-  
mada e confirmada da "integridade  
moral e material do nosso territorio  
continental e colonial". Assim o dire-

mas a Inglaterra clamantemente, categoricamente. (Lê documentos).

Assim a Inglaterra o entende e aceita. (Lê documentos). É que tal forma de forma foi já considerada como fundamental por todos os Aliados, mesmo entre muitos outros, o facto de ser modificada a resposta dada ao Presidente de Wilson, quando da Tentativa de paz, pelos Aliados. Nessa resposta ninguém se queixa, tal como a Rússia e França, não ficando sendo considerada uma concessão mas uma simples reparação. (Lê documentos).

O que é preciso, o que se torna indispensável, absolutamente necessário, é que os representantes na Conferência de Paz não recebam a maior autoridade moral. Para isso é indispensável também que o país não diminua de propósito o seu esforço por questões marginaes, politica de retaliação e Fataques pessoais que só podem conseguir a diminuição de prestigio que deve revestir quem tenha a ser encarregado de defender os grandes e fundamentais interesses do País.

Se o conseguirmos, ou fizesse por isso, pelos resultados que se me afiguram dignos de nós e do nosso passado.

Celentino Almeida. - A boa expectativa que ha pouco formulei, teve completa e actual realisação, pois que os esclarecimentos dados por S. Ex. ao Senado, o satisfizeram completamente e lhe desfizem de todo algumas simulações de duvidas, ligeiras hesitações de raciocínio que, o não perfeito conhecimento dos factos autorisava por vezes, a vir adivinhar - ma o espirito. Do momento presente me diante fico, pois, tranquillo, merei dos esclarecimentos que acabam de ser dados ao Senado.

Gaspar de Lemos - Vou apresentar a minha moção que mando para a mesa. (Lê.) O Senado, tendo ouvido as explicações e completas explicações dadas pelo Governo em resposta ás perguntas que lhe foram formuladas sobre os assumptos que foram objecto da presente moção secreta, considera-se plenamente satisfeito e confia inteiramente nos resultados da patriotica acção do poder executivo.

Laurea - me que esta moção não carece de maior justificação porque está de sobrejo feita por tudo quanto se tem passado na presente sessão secreta. É satisfeito pelo que diz respeito ás explicações do governo, mas tambem pelo que foi dito nos discursos do nobre Senador, dizia

que de tudo lhe ficou a mais queta e confortante impressão. Da parte do Governo ouvi as explicações relativas à nova intervenção na guerra, de caracter militar dadas pelos illustres ministros da Guerra e Colonias, de caracter diplomatico pelo illustre ministro dos Affeitos Estrangeiros e de caracter financeiro pelo illustre Presidente do Governo e ministro das Finanças. E das suas declarações tive a queta confirmação de que tenho felizmente o governo que as circumstancias historicas mencionadas exigem. O illustre Senador José de Castro disse que o povo ainda não comprehendeu bem a vantagem da nova intervenção na guerra. Não é assim. O povo, com a admiravel intuição patriótica, comprehende ou sente bem que intervindo na guerra defendemos, com uma causa justa, os nossos mais altos interesses e a nova honra, exigendo-nos pelo novo esforço, pelo novo sacrificio possível, entre os outros povos. O sr. Senador Ferreira do Amaral teve um ponto muito interessante: O das nossas relações internacionais e sobre tudo com a Inglaterra, a qual não é fiel mas fiel aliada, junto da qual nos valeríamos e com a Espanha com a qual devemos viver em boas relações mas perante a qual devemos

estare preocupados sempre. As suas par-  
lavas do seu. Fervor do Anual (respon-  
denam em termos daos taes, no Mini-  
stros Estrangeiros, como o Presidente do Go-  
verno e Gali - mas muito quanto se viu. Os por-  
que tanto para mim como bem accetada  
a fure de um jornalista que ha tempo es-  
cuvia que nos estamos virados para o  
mar e portanto de costas para a Espa-  
nha. E' bem mais ter pelas costas per-  
sonas com quem nos estamos em boas  
relações, mas o novo principio convisi-  
o nos pode ser com quem está utroq-  
ue nos. Tendo com outras relações in-  
ternacionais. Entendo que as que se referem  
mente temo com a Inglaterra são  
preocupações. Mas passo que é do Brazil  
que robustos concorre que nos aproxi-  
mamos. E' antes que as relações se pre-  
param para depois da guerra, se agre-  
parem em sistemas, ou regimes econo-  
micos. Pela mesma forma que os au-  
tom-aleman, tendendo a constituir o seu  
regime, formam-se ha por tanto o regi-  
me anglo-latino da que tomamos de fazer  
parte ou ser satellites, porque não po-  
demos existir fora da sua orbita?

Dois outros para que possamos ter ha-  
que convenientemente neste sistema, em  
que a semelhante da politica econo-

unica que já se processava na Inglaterra para se formar a grande, a nova Inglaterra mundial com a metropole e Dominios Britannicos, se inicia entre nós uma politica destinada a fazer do Portugal continental, do Brazil e colonias portuguezas o grande paiz da raça portugueza. De Portugal pode fazer-se o laboratorio de preparaçao de homens, a fonte de elementos etnicos que mantem viva e desenvolva a raça no tanto Brazil; as novas colonias têm de naturalmente ir desenvolvendo para a sua independencia, para a sua emancipação que as tornem um futuro mais ou menos próximo em curso que se vá imbuindo. E tambem nos tratamos com boa orientaçao poderemos ter ainda um largo e brilhante lugar na civilizaçao universal. Neste momento, com a intervençao na guerra, animo o espirito, atingimos uma culminancia donde podemos avistar, a luz do clarão que vem da batalha, o futuro com orgulho e futuro com esperanças.

Situaçao Brasileira. — Deajo fazer duas perguntas ao Governo:

- 1.ª Ha alguma correspondencia travada entre as chancelarias de Portugal e Inglaterra, sobre a nova participaçao na guerra, no tempo do Governo Dimas de Cos.

Tro?

2.º Tem o Governo conhecimento de officiaes portuguezes do C. E. F. em França, quando da visita a Paris, têm entretantos como penhas suspeitos de hostilidade ao regime republicano, á Inglaterra e França, sendo os portadores de correspondencia de uns officiaes, para com ella fazer propaganda nos quartéis, e contra a nova practica feita na guerra civil, substituindo a animo a canivete?

Ministério dos Negocios Estrangeiros. — Sobre a primeira, tenho a dizer que durante o interino do Ministerio de Castos houve um completo abandono pela questao da guerra e relatioamente á requisa do Governo nã ha nada.

Ordem. — Em vista da resposta do Governo, devo chamar a atençaõ para a conducta dos officiaes do regimento de infantaria 7 que se recusaram a acompanhar o seu regimento, se dirigindo se para a estacaõ do caminho de ferro, individualmente, a grande do seu embargo e á ultima hora, recios de certo das consequencias da sua falta em parca. E porque alguns destes officiaes são manifestamente hostis ao regime.

Celestino Almeida. — Dirigi-me ao sr. Presidente do Ministerio para que f. d. se

figure presente ao Senado e Relatores e  
 Relatores sobre os 4.º, 5.º e 6.º quesitos forma-  
 lados no pedido de convocação desta reunião re-  
 erata. O procedo unânime por S. Ex.ª haver dito  
 no primeiro dia desta reunião que a elle cabe-  
 ria especialmente a resposta aos mesmos  
 quesitos. Fize a leitura conjuncta dos  
 mesmos quesitos por motivo da convenção  
 maior ou menor que ellas entre si apre-  
 sentam; facilitando a ordem de exposi-  
 ção dos respectivos esclarecimentos que  
 S. Ex.ª fará como melhor entender.  
 Ao Senado peço uma permissão apre-  
 sentar três novos quesitos que discuti-  
 narei 7.º e 8.º de iniciativa pessoal, e que  
 pela convenção que apresentarem com os  
 4.º, 5.º e 6.º os convocadores sollicitando do  
 Sr. Presidente do Ministério que tome a  
 todos um conjunto, em consideração, na  
 resposta esclarecedora que vou dar, ou  
 se committere em separado, se unânime-  
 que conveniente para a clareza e faci-  
 lidade da sua exposição.

(Sê os 4.º, 5.º e 6.º quesitos e mais os seguintes:)

4.º Sendo indispensavel reconhecer ao  
 aumento das receitas do Estado para sa-  
 tisfazer aos encargos resultantes das des-  
 pesas da guerra, quando transcorra o go-  
 verno proprio as providencias para isso  
 indispensaveis.



8.º Qual é a orientação que o Governo se propõe seguir, para a obtenção dos necessários recursos?

Declaração do Almirante (Mariano Costa)

- Responde às palavras do senador Celso de Almeida, com as palavras que se referem à cedência dos navios, alemães, à Inglaterra, que tem vindo de fazer a reunião para se explorar o sentimento nacional, mas com menor força a desfructuá-lo para a Alemanha. Felizmente que, em sentido contrário, se tem feito uma política patriótica que coloca o Governo em condições de não poder ser atingido por ninguém e muito menos pelos profissionais da intriga e do boato.

Declarada a conflagração, o Governo teve logo presente na apreciação dos navios alemães. Igual pensamento teve a Inglaterra que em seguida solicitou a nós a sua cedência. Devo declarar que os termos em que o fazia não eram os melhores, nem os mais convenientes para os interesses nacionais. Entretanto as novas relações com a Alemanha já iam se definindo, sendo nós por ela claramente hostilizados em África.

Assim, o Governo poderia, desde logo, apropriar-se de todos os navios ancorados nos nossos portos. Não precisamos, tivemos

Tivemos o maior cuidado e estudamos  
o assunto sob todos os seus aspectos. Havia  
que evitar varios perigos, entre elles o da  
declaração de guerra immediata por parte  
da Alemanha visto não estarmos ainda  
preparados para o combate.

Havia duas correntes relativamente a  
uma intervenção na guerra; — a dos que  
pretendiam a nova intervenção apenas  
se a Inglaterra o exigisse e a dos que tem  
favorem que ella fosse clara e terminante  
mente no sentido de irmos para a guerra  
salvo se a Inglaterra expressamente e por  
uma iniciativa considerasse inutil e preju-  
dicial, a attitude mais patristica e mais  
robusta a unica que convinha aos altos in-  
teresses da Patria, aquella que sempre defendi.

Deante dos varios entendidos o Governo  
que só havia um caminho a seguir —  
o de fazer a sua renunciação, incorporação  
do maior numero que fosse possível na  
nova marinha mercante, bem indis-  
pensavel para um rapido desenvolvimento  
do novo commercio e da facilitação das  
relações entre a metropole e as colónias.

Seguidamente a Inglaterra, graças a uma  
oportuna ação diplomatica do Governo portu-  
guês, fez, em nome da aliança, o pedido  
a Portugal, nas condições mais honra-  
veis para nós.

Banco

Com respeito á espedição dos navios me-  
 deu o que era natural e logico, apesar de  
 termos legitimidade para a requisição.  
 A Alemanha sentiu-se ofendida no seu  
 orgulho e declarou-nos a guerra. E assim  
 começámos que a situação se definisse  
 sem que os contemporaneos ou a historia  
 possam accusar-nos de idealistas ou pre-  
 cipitados. De resto o Governo da Repu-  
 blica não queria declarar a guerra por  
 ambatamentos, mas era inevitavel a  
 nossa cooperação e por isso não hesi-  
 tamos em reclamar os navios. Logo,  
 na verdade, o povo portuguez, pelas suas  
 palavras e pelos seus actos reunidos sempre  
 repetidos, mostrou sempre um grande  
 desejo de entrar na guerra, pois com-  
 prendeu desde logo que era seria o ca-  
 minho mais rapido para a nossa trans-  
 formação, se maninha a guerra, inter-  
 nacionalmente, numa guerra forte  
 e respeitada. Requirimos pois a  
 tonelagem alemã e austriaca que  
 era de 242.809 toneladas. A Englan-  
 terra no allegue total que nos propõe,  
 offereceu a principio 8 achalings, por  
 tonelada e por mês. Não accedemos desde  
 logo, porque desejavamos applicar os novos  
 movimentos commercial numa parte im-  
 portante da nossa tonelagem. Entra-

Tanto os aliados, se aliança exigiam que  
 era tonelagem fosse distribuída por todos  
 os aliados, medida esta que foi seguida  
 com as outras nações. A nova taxa,  
 porém, era a de que uma parte im-  
 portante nos ficaria prestando para  
 o novo serviço. Do outro lado a En-  
 glaterra, prevendo a incerteza da guerra  
 na submarina, insistiu mais tarde para  
 que reduzimos os navios, oferecendo três  
 mil toneladas e mais de libras, sistema que nos  
 era muito nocivo para então e sobretudo  
 para o futuro e por isso o governo se opôs,  
 declarando que não vendaria os navios por  
 preço algum. Foi difícil renovar esta  
 questão, assim como a de salvar uma  
 grande tonelagem, porque eramos alia-  
 dos, obrigando uma aliança a fazer um  
 sacrifício. Constatado e por esforços neste  
 sentido e continuo do governo, come-  
 çamos ficar com 20% de tonelagem, mu-  
 do certo que, se a ideia do natalis pelos a-  
 liados tivesse vingado, a Portugal não  
 caberiam mais de 5%. Debateu-se de-  
 pois a questão acerca dos tripulantes dos  
 navios, conseguindo nós que fossem todas  
 portuguesas e ganhando um quinto de sa-  
 larios, como pode ver-se na conversação  
 que se deu ao dispor do Senado. Se os  
 navios se afundarem, a Inglaterra

pagaria o respectivo seguro que é de 20  
 libras por toneladas de guerra. A taxa  
 que se afundada vai já ao Thesouro por-  
 tuguês 350.000 libras. Vou ler a conven-  
 ção, assinada pelos governos português e  
 britânico, desejando que o texto dessa  
 convenção figure na acta da reunião  
 seguinte. A luta pelas terras norten-  
 tado para se conservarem as nossas  
 tripulações tem sido honrosa. Depois  
 se muitas delas têm procedido bem,  
 revelando coragem e saber profissio-  
 nal, outras têm demonstrado a maior  
 inoccupação, fazendo por isso pe-  
 nos serviços, pelo que tivemos de pôr  
 officiaes de marinha em França e In-  
 glaterra para superintendorem nelas.  
 O Senado comprehende a vantagem  
 de manter tripulações portuguezas  
 a bordo de navios portuguezes.  
 No momento em que se sentiu em Por-  
 tugal o agravamento da crise de subsis-  
 tencia fallamos entaõ que oito navios  
 representando 28.128 toneladas. Foi pre-  
 ciso um grande esforço diplomatico,  
 para conseguirmos que a Inglaterra  
 cedesse, o que se teve obretudo a intelligen-  
 cia e patriotismo do sr. ministro dos  
 Estrangeiros que conseguiu que ficas-  
 semos com quatro das nossas e ainda

trabalha para que os outros quatro sejam  
exclusivamente destinados a fazer carrei-  
ras para Portugal. O governo, não con-  
tente ainda com esta cedencia do gover-  
no Britanico, espera conseguir ainda  
que duas companhias nos sejam confia-  
das ficando nos, terra manancia, com  
 $\frac{1}{2}$  da tonelagem aforçada.

Respondendo agora á parte final do que-  
rito n.º 4, declaro que o producto de algumas  
das navios de Inglaterra tem entrado dire-  
tamente nos cofres publicos como receita  
do Estado, elevando-se, até agora, a £. 400 con-  
tos; quanto aos outros navios o rendimento  
tem variado conforme a sua administra-  
ção, mas por melhor que da seja, nunca  
realizamos uma receita que correspon-  
da á que recebamos da Inglaterra.

Quanto aos navios que ficam para  
o governo portuguez só agora é que es-  
tão sendo administrados como sempre  
intendi e receji. É a administração  
directa que espero dar á alguns navios  
dos. No entanto direi que em processo não  
há tantas vantagens directas como o que  
se recebe com a Inglaterra. Mas  
há vantagens indirectas, as quaes se  
deverão acrescentar ás do resto dos na-  
vios que não passam a seu fisco directa-  
mente pelo Estado com grande probabi-

liberdade de lucros que o governo tentou aplicar à compra de novas unidades da marinha mercante, porque nisso está, em grande parte, a base do desenvolvimento da nova vida económica e comercial moderna.

Relativamente aos 3.º, 4.º e 5.º e ainda aos 6.º e 7.º do sr. Celestino d'Almeida, farei saber que o Senado me dispensou de responder aqui agora, completamente, pois tanto que o fazer em sessões públicas, numa ou outra casa do Parlamento, lançou de cada vez um sentido a propósito dos organogramas. Disse-me portanto desde já, que o déficit apurado para 1914 a 1915 (contos de guerra) foi de 22.999 contos, para 1915-1916, de 30.957 e para 1916-1917, até ao presente é de 31.791 contos. Tornando agora em atenção as receitas de guerra e calculando que o déficit do ano económico findo seja na totalidade de 50.000, no máximo, teremos no fim do ano corrente, um déficit de guerra de 120.000. A necessidade da alfandega que a guerra fez desaparecer bastaria para satisfazer o fisco e a amortização daquela quantia se a nova intervenção fosse normal. Prometo nos cálculos para 1917-18 afigurar-me-me que teremos um muito maior por isso supondo que para as novas colónias as despesas de

gerava custos de 3.000 contos por mês e para o resto, com a guerra nos campos de Europa e a preparação na metrópole de 4.000 contos mensalmente, o que leva, se a guerra se prolongar, como é natural, até ao fim do ano económico, um total de 120 a 150.000 contos.

Estas despesas, acrescentadas, não são para mundanos soldados para a frente de batalha, como diz o Sr. Francisco de Sá e Albuquerque; precisamos ter um forte exército territorial e uma forte marinha. Medindo a chamada união ibérica, o governo aditando a sua participação na guerra e fazendo aproximações com o governo de Espanha, quiz sobretudo inutilizar um perigo adversário. Porque, fosse qual fosse o novo partidarismo e a nova corajagem, a situação seria desvantajosa para nós. Impunha-se pois uma política patriótica que continuamente o mesmo objetivo deida reculos.

Temo a necessidade e o direito de ser respeitadas como nação livre.

Os empréstimos britânicos para os encargos da guerra na frente ocidental são: em março 1.500.000 francos; em abril um milhão; em Maio quatro milhões, em junho cinco milhões ou seja um total de 11.500.000 francos. Este crédito é, como vimos, muito já



terro dito, ilimitado, sendo Portugal o  
único país que tal conseguiu.

Falari das despesas de guerra até ao fim do cor-  
rente ano económico avaliadas em 120:000  
contos, devo também falar na receita de  
guerra que não ficaria abaixo de 18:000  
contos.

Na conferência do Porto demonstrai  
que era necessário tomar um empréstimo e  
uma manobra à altura do novo tempo, pro-  
pondo - me em uma ocasião realizei um  
empréstimo de 45.000 contos para o início da  
defesa nacional. O país podia bem com  
este empréstimo porque o orçamento foi a-  
quilibrado no mês seguinte ao de Maio  
mistos em Finanças. A única perdi da  
idéia a defesa nacional. Foi para que  
esta guerra não viesse cinco anos mai-  
tando porque nos encontrávamos em melhores  
condições. A massa popular portuguesa  
não refusa do veneno de jesuitas porque  
não esteve intimidado nos seus colégios, e  
por isso ela tem sido uma verdadeira  
na do governo no tempo difícil da guer-  
ra. As propostas de finanças virão a  
nos tempo, talvez tentemos de fazer uma  
convocação extraordinária do parlamento  
para se discutirmos com maior lar-  
geza. A única imaginação que, tendo  
esta guerra como principal objectivo

contribuir para o engrandecimento da  
 Patria, não tenha sido compreendida  
 por todos o dever de nela participar!  
 A historia provará, um dia galvã e  
 julgará todos.

Excellencia Almeida — Folgo por ter apresen-  
 tado os novos quaestões por ter sido recebido  
 no Presidente do Ministerio que franceza e  
 abertamente em termos gerais elucidou o  
 Senado. Commodo, num modo geral com t.  
 g. quanto a oportunidade da apresenta-  
 ção das medidas financeiras em virtude  
 das condições interiores do paiz que se re-  
 verada por, alijs acordando - se por con-  
 sulto remittendo ao tratado pela  
 Inglaterra, França, Italia e até na pro-  
 pria Alemanha e que é apontado pelas  
 nos tradições financeiras.

Do Senado peço me permita apresen-  
 tar a minha desculpa, que não fiz no  
 principio dos trabalhos por me ter limi-  
 tado a solicitar os esclarecimentos do  
 Governo não ter tido antes elementos  
 para fazer considerações pessoais so-  
 bre a proficuidade dos trabalhos desta sessão  
 secreta e que agora me face os esclareci-  
 mentos e declaração do Governo se achou  
 habilitado a fazer. (De a moção).

O Senado havendo tomado conhecimento  
 dos esclarecimentos e explicações, que pelo

Governos que foram dados, sobre os assuntos apresentados como tratados de paz da sua convenção em sessão secreta, e bem assim nos seus outros para que durante a mesma sessão se chamasse a sua atenção e se pediram elucidaciones, considera-se sufficientemente satisfeito sobre tais assuntos e confia em que o Governo, mantendo a sua patriótica attitude, continuará a esforçar-se pela manutenção da ordem e disciplina no interior e satisfação de compromissos no exterior, não podendo deixar de notar a estúpida influencia que lhe causou a não comparencia nas sessões secretas, da quasi totalidade dos Mr. Senhores correspondentes que inicialmente se haviam revelado tão cuidadosos paladinos dos direitos do Poder Legislativo e dos supremos interesses da Nação.

Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encorrou a sessão

Revelou-se as entretidas de folhas 9 e 10 que dizem: Desde o começo da guerra; com a expedição ao Noroeste e a falta de qualidades. Tambem se revelou a natureza da folha 10 a seguir a palavra Gpl.

Antonio Xavier Louca Baceto  
Bernardo Pass d'Almeida  
Leij Amocami Ramos Lameira

Contem este livro cem folhas  
que vão por mim rubricadas

Sala das sessões do Senado da Republica  
1 de agosto de 1817

Antônio Xavier Louie Barreto  
Presidente



